



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Do Objeto

O objeto do presente chamamento público:

Consiste no cadastramento de instituições privadas de Educação Infantil, através de análise da habilitação, para a aquisição de vagas na Educação Infantil, na faixa etária de Creche (0 a 5 anos), de acordo com as especificações constantes nesse termo, para atender as demandas da Prefeitura Municipal do Rio Grande, até o final do ano letivo vigente a contar da assinatura do contrato.

2. Justificativa:

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, de forma a complementar a ação da família e da comunidade, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013).

A Constituição Federal de 1988 garante o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, como um direito social, e reconhece como dever do Estado a oferta da Educação Infantil. O atendimento ao direito da criança na sua integralidade requer o cumprimento, portanto do Estado, com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4, incisos I e IV), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei 9.394/96) reforçam a garantia constitucional no intuito de fortalecer a garantia do atendimento nessa etapa.

A ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil é uma meta que ainda persiste como um grande desafio a ser enfrentado pelo país. O município tem se mobilizado para buscar investimentos junto ao Governo Federal, bem como recursos próprios para custear esta crescente demanda.

Atualmente, possuímos 16 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI'S) e 40 Escolas Municipais de Ensino Fundamental que ofertam turmas de Educação Infantil.

No entanto, apesar da crescente oferta, ainda há uma grande demanda a ser atendida e, atualmente, as escolas não têm disponibilidade para novas matrículas, sobretudo pelas limitações físicas dos espaços escolares.

Além disso, há um número expressivo de liminares, as quais determinam a matrícula imediata de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos.

Diante de todo exposto, justifica-se a necessidade do chamamento público as instituições privadas de Educação Infantil para a aquisição de vagas na Educação Infantil.

3 - Descrição dos serviços:

A instituição cadastrada deverá oferecer serviços em conformidade com as Resoluções 031/2011 e 038/2014 do Conselho Municipal de Educação (CME), onde são definidas as normas que regulamentam a Educação Infantil no município de Rio Grande, em todos os aspectos necessários para o desenvolvimento integral da criança. Com isso, a mesma deverá:

Atender crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme prevê a legislação vigente no que tange a relação sala/professor/criança;

Garantir o atendimento de mínimo de 04 horas diárias para o turno parcial, e de no mínimo 07 horas diárias para o atendimento integral;

Cumprir com o disposto na Resolução, no que se refere aos parâmetros para a organização de grupos nas turmas da Educação Infantil, respeitando as características do espaço físico e das crianças;

Considerar a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Resoluções do CME, na elaboração das propostas pedagógicas de trabalho da instituição.

4- Das obrigações entre as partes:

4.1- Da Prefeitura Municipal:

- I - Cadastrar as instituições que atenderem os critérios pré-estabelecidos;
- II- Manter o registro atualizado das instituições e das crianças atendidas pelo contrato;
- III- Realizar o pagamento, conforme a demanda atendida e a apresentação dos documentos comprobatórios no mês subsequente ao da prestação do serviço;
- IV -Fiscalizar a prestação do serviço;
- V - Designar as crianças para ocupar as vagas.

4.2- Dos estabelecimentos de Educação Infantil:

Ao atender o presente termo de referência, cada interessado estará aderindo às condições do Município de Rio Grande por intermédio da Secretaria de Município da Educação, concordando integralmente com o exposto;

A Escola de Educação Infantil deve manter seu cadastro atualizado junto à Secretaria de Município da Educação, a qual precisa comunicar alterações de endereço e contatos;

Manter atualizada e disponível à Secretaria de Município da Educação os seguintes documentos, em caso de alteração de alguns dos listados abaixo:

- I - Parecer de Autorização de Funcionamento emitido pelo CME;
- II - Alvará de Funcionamento;
- III – Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da instituição.
- IV- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- V - Cópia autenticada do RG, CPF e comprovante de residência do responsável legal;
- VI - Alvará Sanitário(saúde), seguindo legislação vigente;
- VII – Alvará de Proteção e Prevenção Contra Incêndio;
- IX – Quadro Funcional.

Enviar para a Secretaria de Município da Educação, Setor de Contratos, no final de cada mês o relatório de atendimento feito pela Escola contendo a frequência das crianças atendidas acompanhado de assinatura do responsável.

A Escola credenciada não poderá cobrar da família beneficiada a matrícula ou mensalidade, pelos atendimentos acordados com o Município por meio do presente termo;

A instituição cadastrada deverá oferecer serviços em conformidade com as Resoluções 031/2011 e 038/2014 do Conselho Municipal de Educação (CME), onde são definidas as normas que regulamentam a Educação Infantil no município de Rio Grande, em todos os aspectos necessários para o desenvolvimento integral da criança;

A Escola **não** poderá realizar matrículas sem a devida autorização da Secretaria de Educação.

5 - Documentos necessários para o cadastramento das instituições de Educação Infantil segundo o Termo de Referência:

- I - Parecer de Autorização de Funcionamento emitido pelo CME;
- II - Alvará de Funcionamento;
- III - Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- IV - Cópia autenticada do RG, CPF e comprovante de residência do responsável legal;
- V - Alvará Sanitário(saúde), seguindo legislação vigente;
- VI – Contrato social registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de títulos;
- VII – Certidão de Inexistência de Débitos para com Sistema de Seguridade Social (CND);
- VIII – Certidão de Regularidade com FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- XIX - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, já jurisdição fiscal do estabelecimento da licitante;
- X – Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XI – Requerimento de Credenciamento devidamente preenchido. **(ANEXO 1)**

A Instituição de Educação Infantil credenciada deverá assumir o integral compromisso na medida de suas obrigações, pela remuneração de seus funcionários, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, de seguros e causais danos ou acidentes causados a terceiros e outros equivalentes, isentando o Município de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros.

6 - Da formação de preços:

Para obter a avaliação dos valores máximos aceitáveis nas propostas do chamamento público, a Secretaria de Educação tomou por base o "Valor Anual por Aluno Estimado" do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, fornecido pela Portaria Interministerial nº8, de 26 de dezembro de 2016, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Diante desse critério, os valores mensais a serem pagos pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, por matrícula, serão os seguintes:

Creche Turno Integral

R\$ 431,17 (mensal)

Creche Turno Parcial

R\$ 331,67 (mensal)

7 - Desembolso Financeiro:

Os pagamentos serão vinculados ao quantitativo do objeto executado, que estará sujeito à fiscalização da SMEd.

O período de medição dos serviços será mensal, considerando o mês cheio. Até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Contratada deverá apresentar mensalmente à fiscalização a seguinte documentação:

1- Relatório de frequência das crianças atendidas, devidamente assinado pela professora, pelos responsáveis e pela direção da escola.

2- Parecer de autorização de funcionamento emitido pelo Conselho Municipal de Educação.

Após o recebimento da documentação, a fiscalização terá um prazo de, no máximo, 10 dias para fazer a conferência e emitir o relatório de aceite. Assim, a Contratada poderá emitir fatura relativa ao mês anterior.

8 – Limite de vagas:

Serão disponibilizadas, no máximo, 82 (para alunos) vagas nesse credenciamento

9 - Entrega de Documentos necessários para o cadastramento das instituições de Educação Infantil segundo o Termo de Referência:

Local: Central de compras desse município

Endereço: General Bacelar, xxx

Entrega de documentos: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Atenciosamente,



Henrique da Costa Bernadelli
Secretário de Município da Educação

ANEXO 1

Modelo de requerimento para credenciamento

NOME COMPLETO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

EXMO. SR. xxxxxx

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(Nome do representante legal) abaixo assinado, representante legal da entidade mantenedora da (nome da instituição de ensino) desejando adquirir as prerrogativas legais de Credenciamento nº _____ para a oferta de vagas na Educação Infantil, na faixa etária de Creche (0 a 5 anos) da referida Instituição de Ensino, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Legislação Vigente, declarar o seguinte:

- 1) A Instituição de Ensino tem como entidade mantenedora _____.
- 2) A Instituição de Ensino terá como Diretor(a) responsável o(a) professor (a): _____ com especialização na área da Educação Especial.
- 3) A Instituição de Ensino fica situada à Rua/Avenida _____ nº _____, Bairro _____, Município _____, CEP _____, Telefone: (____) _____.
- 4) Atendimento Especializado na Área _____.
- 5) As atividades terão início a partir de _____;
- 6) A instituição possui _____ vagas disponíveis para esse credenciamento;
- 7) Para efeito das demais exigências legais, anexamos os documentos exigidos.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Presidente da Entidade Mantenedora